

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 260ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA
REALIZADA em 10 de setembro de 2009**

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e nove, as quatorze e horas e trinta minutos, na sua sede, situada à Rua Correia de Araújo número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada a ducentésima sexagésima assembléia ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Registre-se a presença dos seguintes conselheiros (as) Maria Madalena Peres Fucks, titular da Cidade Evangélica dos Órfãos; Maria de Fátima Menezes da Silva, titular do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; José Rufino da Silva, titular, do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social- CEDES; Maria de Lourdes de A.Viana Vinokur, Associação PODE - Portadores de Direitos Especiais; Ana Lúcia Mota Vianna Cabral, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia, titular do Gabinete do Governador e suplente Danielle de Belli Claudino; Zanelli Gomes Alencar, titular da Secretaria de Defesa Social; Almerly Bezerra de Melo, titular da Secretaria Social dos Direitos Humanos; Raquel Costa de Azevedo Melo, suplente da Secretaria de Juventude e Emprego. Também estiveram presentes: a diretora executiva do CEDCA/PE, Ana Célia Cabral de Farias; os técnicos Jósema Pinto Moura de Araújo, Eliane Mamede, e convidados: Deila Martins e Ana Carolina Chianca do PPCAAM-Movimento Tortura Nunca Mais; Rodrigo Pellegrino Secretário da SEDSDH/SEJUDH. Beatriz Guimarães, Instituto Pró-Cidadania e Cláudia Souza, Instituto Pró-Cidadania. A reunião é coordenada pela Presidente, Rosa Barros, que submete a pauta ao colegiado e a aprovação da Ata 259ª Assembléia Ordinária que foi deliberada pelo pleno. A conselheira Fátima Menezes solicita que os informes continuem constando como último item da pauta, o que fica aprovado pelo Colegiado. Dando continuidade, a presidente Rosa Barros apresenta a nova conselheira suplente da Secretaria de Juventude e Emprego, Sra. Raquel Costa Azevedo. Em relação ao Premio Márcia Dangremom, a comissão julgadora, constituída por Daniel Ferreira, Daniele de Belli, Fátima Menezes e Analúcia Cabral, sugere que o prazo para indicações ao prêmio deveria ser prorrogado. Os conselheiros decidiram por manter o calendário do edital, tendo em vista o cronograma proposto no regulamento publicado no Diário Oficial do Estado em 23.06.09. Após deliberação foram analisadas as indicações do prêmio, sendo escolhidos os seguintes nomes por categoria: José Rufino da Silva (categoria pessoa física no âmbito Estadual); Nicanor Severino da Silva (pessoa física de destaque no âmbito Municipal/Regional); Daniel Xavier Arantes (jovem oriundo de programa social, que passou por medida protetiva ou socioeducativa que seja exemplo positivo); e a jornalista Marcionila Teixeira (na categoria Profissional de Comunicação comprometido com a “Causa” da Criança e Adolescente). Em seguida, a presidente passa a palavra para o Sr. Rodrigo Pellegrino, Secretário Executivo da SEJUDH para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo do ofício encaminhado pela entidade executora do PPCAAM, Movimento Tortura Nunca Mais, aos Conselhos Tutelares do Recife. O ofício registra que o Programa não estava aceitando a

inclusão de novos casos em face da inexistência de recursos para a execução das atividades do programa. O Secretário Rodrigo Pellegrino reconhece o ocorrido e justifica que este problema é próprio dos programas de proteção que são financiados com recursos do Governo Federal, pois acaba havendo um espaço temporal no processo de renovação de convênio, o que acarreta na descontinuidade da ação; mas afirma que a questão financeira já foi resolvida e o Programa se encontra com o atendimento normalizado. Apresenta, ainda, que está sendo implantado o Sistema Estadual de Proteção à Pessoa Humana com o serviço de atendimento inicial para os programas de proteção em funcionamento (PROVITA, PPCAAM e Defensores Humanos). Considera que mesmo não sendo exclusiva para o PPCAAM, a iniciativa contribuirá muito para a proteção à vida das crianças e adolescentes ameaçados de morte enquanto a equipe do programa analisa se o caso atende aos critérios estabelecidos para ingresso no mesmo. A presidente Rosa Barros agradece sua presença e passa a palavra para Beatriz Guimarães do Instituto Brasileiro Pró-cidadania, que apresenta a metodologia da pesquisa a ser utilizada na execução do projeto “Convivência familiar e comunitária: A situação do acolhimento institucional e familiar no Estado de Pernambuco”, financiado pela Petrobrás através de convênio firmado entre o CEDCA e o Instituto Pró-Cidadania. São três questionários de pesquisa: 1- questionário do Conselho Tutelar; 2- questionário do (a) profissional do serviço de acolhimento; 3- questionário do dirigente. Os instrumentais serão socializados junto aos Conselheiros para, caso necessário, fazerem as devidas recomendações de ajustes e/ou complementações. Fica deliberado pelo pleno que o CEDCA deverá elaborar ofício de apresentação do Instituto Pró-cidadania junto aos Conselhos Tutelares e de Direitos. **Informes:** A presidente informa que vai acontecer o curso: Infância e Juventude Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta, nos dias 18 e 19 de setembro onde foram escolhidos para participar os conselheiros José Rufino da Silva e Gênova Maria da Silva. Informa, ainda, que haverá uma “Oficina de construção de estratégias de articulação da Rede de Retaguarda, no dia 11 de setembro no auditório da EMPREL. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Rosa Barros, agradece a presença de todos, encerrando a Assembléia às 19:00h e 20 min. (dezenove horas e vinte minutos). Para constar, esta Ata, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente.

Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia
Presidente do CEDCA/PE